

PEREIRA, Claudio Corrêa. *Minuanos/Guenoas. Os Cerritos da bacia da lagoa Mirim e as origens de uma nação pampiana*. Porto Alegre: Fundação Cultural Gaúcha, 2008.

Rafael Guedes Milheira¹

O livro publicado pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho – RS, intitulado: *Minuanos/Guenoas. Os Cerritos da bacia da lagoa Mirim e as origens de uma nação pampiana*, de autoria de Claudio Corrêa Pereira é o resultado de sua monografia apresentada ao curso de especialização em História da Formação Social, Política e Cultural do Rio Grande do Sul, da Universidade Católica de Pelotas. Este livro, dividido em duas partes e considerações finais, traz à tona uma temática há bastante tempo “adormecida” na arqueologia do sul do Brasil e que diz respeito às sociedades ameríndias que habitaram a região pampiana que envolve o sul do Estado do Rio Grande do Sul, o território uruguaio e o nordeste argentino. O tema diz respeito à história dos grupos Minuano/Guenoa, como ficaram conhecidos pela documentação etnohistórica e, ainda poderíamos, com a licença das terminologias utilizadas pelo autor, complementar também lembrando os grupos Charrua, que igualmente habitaram esta região, confundindo-se e mesclando-se aos primeiros ao longo da história colonial.

É importante lembrar ao leitor que a estes grupos Charrua e Minuano faz-se a correlação etnográfica com os “*Cerritos de los indios*”, montículos de terra bastante comuns nas regiões do litoral e pampa do território já mencionado. Estes montículos de terra são geralmente tratados pelos arqueólogos como áreas de moradia, cemitérios, demarcadores de fronteiras sociais, monumentos de

¹ Professor do Bacharelado em Antropologia/Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas, Brasil. Pesquisador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARO-UFPEL), Brasil.

memória e identidade e marcos na paisagem, construídos pelos grupos ameríndios a partir de aproximadamente 5000 anos atrás até, pelo menos, 200 anos, quando então, dadas às transformações sociais e culturais vinculadas ao processo colonizatório, pararam de ser construídos.

Trato aqui como um tema “adormecido” em virtude de que ao longo das últimas quatro décadas, os estudos arqueológicos sobre os Cerritos no sul do Brasil estiveram limitados a poucas publicações resultantes de alguns trabalhos acadêmicos. Estes trabalhos podem ser enquadrados em três categorias principais que se modificaram substancialmente com o passar do tempo e com a inserção de novas teorias: 1) Predominam entre os anos 1960-80 trabalhos sistemáticos que buscam a compreensão de modelos regionais de ocupação dos grupos Cerriteiros a partir da interação de dados empíricos com posturas teóricas ecológico-adaptacionistas; 2) A partir dos anos 1980 há estudos das fontes documentais históricas que permitem traçar um histórico dos grupos Charrua e Minuano desde o século XVI ao século XIX, relacionando seus hábitos culturais com a construção dos Cerritos²; 3) a partir dos anos 1990 surgem trabalhos pontuais, que atendem a temas específicos da arqueologia dos Cerritos, como estudos de indústrias líticas e cerâmicas, estudos da arqueofauna, de processos de formação dos sítios arqueológicos e mapeamento dos mesmos.

Com efeito, o livro de Claudio Pereira busca um panorama histórico a partir das fontes documentais com um levantamento de campo extensivo e reconhecimento de coleções arqueológicas particulares que teve por objetivo principal: “levar o máximo de

²No século XIX ocorreu na década de 1830 as batalhas de *Salsipuedes* e *Mataojos*, no Uruguai, em que foram dizimados centenas de indivíduos de ambas as parcialidades, reduzindo as populações indígenas pampianas a poucos grupos marginalizados na sociedade estatal.

informação ao homem do campo da região com a intenção de aumentar o cuidado e a preservação desses sítios arqueológicos, já bastante danificados (cerca de 30%) na região por um total desconhecimento de sua origem e finalidades". O segundo objetivo do autor foi divulgar o acervo indígena existente às comunidades da região, às escolas, bem como o de criar um espaço cultural, também com a finalidade de cuidar e preservar o passado". E, um terceiro objetivo foi buscar integrar esta região da bacia da lagoa Mirim, os municípios de Arroio Grande e Jaguarão a um contexto arqueológico maior, que faz parte da construção de Cerritos de índios no nordeste uruguaio e extremo sul do Rio Grande do Sul.

Com um trabalho exaustivo de campo, o autor conseguiu identificar e mapear 41 Cerritos localizados entre os municípios de Arroio Grande e Jaguarão, na região da bacia da lagoa Mirim, nas proximidades dos arroios Bretanha, Canhada, Grande, Chasqueiro e Sarandi. Em todos os sítios identificados o autor realizou, pelo menos, uma visita para avaliar as condições de preservação dos mesmos, o que nos permite ter um diagnóstico do panorama arqueológico da região de pesquisa. Somando-se aos milhares de Cerritos do sul do Brasil e Uruguai, pode-se chegar a uma soma de aproximadamente 3500 estruturas monticulares de origem pré-colonial ainda preservados e com condições de pesquisa científica.

Do ponto de vista teórico algumas questões chamam atenção ao longo do texto, as quais eu gostaria de tecer breves reflexões. Percebe-se a reificação de alguns conceitos teóricos que devem ser repensados à luz de atuais teorias arqueológicas e antropológicas. Percebe-se a continuidade de uma matriz teórica eminentemente dedutiva que parte de alguns pressupostos já questionados pela etnologia ameríndia e pela arqueologia processual. Podemos destacar, por exemplo, o pressuposto teórico utilizado pelo autor de que os grupos construtores dos Cerritos (Minuanos/Guenoas) seriam bandos compostos por pequenos grupos de caçadores-coletores que se movem constantemente pelo

ambiente pampiano em busca de novos espaços para exploração dos recursos ambientais, convivendo entre si a partir de alianças matrimoniais fazendo parte de uma comunidade linguística. Seriam grupos com uma mobilidade circunscrita ao ambiente pampiano, mas com incursões ao litoral e a serra do sudeste e que, arqueologicamente, teria como origem cultural a chamada tradição Umbu, reconhecida através de uma tecnologia de artefatos líticos de caçadores-coletores.

Esta origem “umbuzóide” teria sido atestada por trabalhos dos anos 1960-70, em que os arqueólogos rio-grandenses atestam encontrar nas camadas basais dos Cerritos apenas materiais líticos, enquanto que nas camadas superiores, há ocorrência de fragmentos de cerâmica que remontam a potes usados no cotidiano (Schmitz, 1976). Esta percepção estratificada permitiu aos arqueólogos compor um modelo de compreensão social de que os grupos cerriteiros seriam então caçadores-coletores, que devido aos processos de difusão da cerâmica, passaram lá por volta de 1300 anos atrás a ser ceramistas, utilizando-se das vasilhas cerâmicas, supostamente, apenas como panelas para cocção de carne de caça e de peixes (Schmitz, 1976; Basile-Becker, 2002).

A questão a ser colocada é que estes pressupostos teóricos e suposições dedutivas não levam em consideração reflexões integradas entre os dados empíricos, a leitura dos dados etnohistóricos e as teorias arqueológicas e etnológicas que buscam no processualismo e no estruturalismo histórico as particularidades de cada cultura ameríndia.

Começemos com a noção de bandos de caçadores-coletores. Em primeiro lugar, os dados etnohistóricos apontam-nos uma série de informações que colocam a pesca como um elemento fundamental para a dieta alimentar dos grupos minuanos, demonstrando que o binômio caçador-coletor, deve ser, pelo

menos, ampliado se não revisto, colocando-se de uma vez por todas a noção de pescador. A análise de um sepultamento duplo nas proximidades do Povo Novo, município de Rio Grande, demonstrou uma série de patologias ósseas causadas pela atividade cotidiana de pescar com uso de embarcação (Carle *et al*, 2002). Além disso, não podemos esquecer o fato de grande parte dos sítios arqueológicos estarem sempre voltados para os recursos hídricos de grande porte (lagoas e rios), permitindo a atividade da pesca permanentemente, o que se confirma também pela grande abundância de materiais arqueofaunísticos que compõem o registro arqueológico dos sítios localizados nas proximidades da Laguna dos Patos.

O conceito de bando, composto por pequenos grupos deve ser repensado também através das ricas informações dos séculos XVI e XVII que apontam para um complexo sistema de *tolderias*, cuja definição seria um sistema de habitações do tipo choupanas ou para-ventos integradas a um amplo sistema de espaços funcionais na aldeia, em que se integram também áreas de cemitério, armadilhas, caminhos, áreas de pesca e de caça. Tais *tolderias* compõem então aldeias com até centenas de indivíduos que ocupavam diferentes áreas do seu território de domínio.

A idéia de que os grupos cerriteiros tivessem uma mobilidade sazonal foi muito encorajada pela tese de Schmitz (1976), que, ao estudar os Cerritos da borda meridional da Laguna dos Patos, defendeu que os mesmos não ocupariam esta área no inverno, quando então o peixe tainha desova. Sua tese é calcada pela ausência de otólitos de tainha nos sítios arqueológicos escavados, em detrimento de outros tipos de peixes (bagres, corvinas, miraguaias, etc.), bastante frequentes nos estratos arqueológicos. Porém, embora os otólitos de tainha não tivessem sido identificados na época de sua tese, anos mais tarde, Oliveira (2006), ao re-analisar a mesma coleção faunística, identificou outros elementos anatômicos da tainha, o que nos permite repensar o

modelo de mobilidade proposto anteriormente. Logo, a tese de alta mobilidade dos grupos construtores de Cerritos não passa de uma dedução calcada na ausência de um tipo de material arqueológico, que, por sua vez, transpassou dezenas de trabalhos acadêmicos ao longo das próximas décadas após a publicação da referida tese.

Outra questão levantada nas publicações acadêmicas sobre o tema e que atualmente deve ser repensada diz respeito à idéia de que os grupos construtores dos Cerritos descendem da tradição Umbu. Uma primeira questão teórica sobre esse tema e já bastante discutida na arqueologia, tanto em nível nacional como internacional, é que as tradições arqueológicas foram calcadas na idéia de dispersão e caracterização tecnológica e não na idéia de culturas indígenas. Ou seja, o termo tradição Umbu diz respeito à dispersão de uma dada tecnologia de indústria sobre lascas e núcleos com a ocorrência de pontas de flecha feitas em materiais líticos que se distribui, no Brasil, entre os Estados de Minas Gerais até o Rio Grande do Sul. Este fenômeno tecnológico em ampla distribuição em nada ajuda a compreender o histórico dos grupos Charrua e Minuano no sul do Brasil e Uruguai. A noção de descendência cultural não pode ser correlacionada à dispersão tecnológica da tradição Umbu sem que estudos mais aprofundados nesse sentido sejam realizados.

Seguindo nesta mesma linha, podemos pensar que a discrepância entre as camadas basais (predomínio de materiais líticos) e superiores dos Cerritos (com ocorrência de cerâmica, chamada de tradição Vieira) possa estar relacionada a aspectos funcionais e/ou simbólicos e não necessariamente ser considerada a cristalização de um processo de evolução social e tecnológica. Aliás, tenho minhas dúvidas se tal discrepância realmente existe, pois, em minha experiência com este tipo de sítio arqueológico, nunca vi tal composição estratigráfica tão demarcada, havendo, pelo contrário,

uma composição mais “misturada” das camadas e dos seus componentes artefatuais.

Outro tema a ser tratado é a intenção do autor em traçar uma linearidade histórica entre os grupos ameríndios pampianos, pensados como pertencentes a uma nação e o povo gaúcho atual. Esta é uma questão importante e muito cara para a historiografia dedicada à temática dos grupos ameríndios Charrua e Minuano. Em um estudo recente Klaus Hilbert (2009) demonstrou como historiadores e intelectuais uruguaios e brasileiros, desde o século XIX, dedicaram-se hora sim, hora não, a correlacionar a sua origem identitária como nação aos grupos Charrua e Minuano. Por um lado, considerados abigeatários, ladrões, sem religião e improdutivos, os grupos indígenas pampianos foram desconsiderados da linhagem civilizatória espanhola e portuguesa que compõe a atual matriz cultural; por outro lado, alguns intelectuais viram exatamente na coragem e resistência Charrua e Minuano a semente de uma cultura aguerrida, que costumeiramente se diz serem elementos simbólicos que compõem a identidade gaúcha e uruguia.

Logo, frente a esta constante mudança de idéias sobre os grupos ameríndios e a sua contribuição à identidade e cultura dos povos atuais, que abrange quase dois séculos, não poderíamos deixar de pensar como essa construção de discursos foi constituída. Basicamente, podemos dizer que em raros momentos os grupos indígenas foram ouvidos para compor essa construção, pois, pelo contrário, a fonte para essa narrativa genérica é a gama de documentos históricos escritos pelos colonizadores sobre os indígenas. Além disso, se por um lado vemos uma intenção em correlacionar o passado indígena às presentes populações gaúcha e uruguia, vemos também uma conformação dos intelectuais em considerar que as batalhas de *Salsipuedes* e *Mataojos* foram os marcos de extermínio dos grupos indígenas e, neste caso, por extermínio, devemos entender aniquilação e assassinato em massa, ações estas que geraram o fim das populações Charrua e Minuano.

Por outro lado, recentemente antropólogos têm publicado a existência de uma comunidade Charrua na aldeia Polidoro, em Porto Alegre – RS, indicando que o extermínio nunca ocorreu de fato e que os Charrua sobrevivem de forma marginalizada na sociedade gaúcha atual (Baptista da Silva, 2008), assim como no Uruguai, um grande movimento de resistência Charrua vem sendo desenvolvido desde os anos 1970, pelo menos. Neste sentido, fica uma reflexão: não está na hora de, ao invés de falarmos sobre os indígenas Charrua e Minuano e pensar a sua contribuição cultural para a atual sociedade, não seria mais interessante passarmos a ouvir o que eles têm a dizer sobre esse assunto?

O livro de Claudio Pereira levanta uma série de questões importantes e que, felizmente, recomeçam a pulular no meio acadêmico. A contribuição do autor para uma região “incógnita” do ponto de vista arqueológico traz à tona esta discussão sobre as particularidades históricas dos grupos Charrua e Minuano na região pampiana e a comunidade acadêmica recebe com muita reflexão essa contribuição. Alguns conceitos teóricos devem ser revistos sob pena de reificarmos permanentemente uma matriz dedutiva na arqueologia. A contribuição dos conceitos antropológicos e uma releitura das fontes etnohistóricas serão úteis, mas é importante também que uma nova postura teórica seja planificada na matriz da produção do conhecimento. O livro em questão reascende uma discussão importante e que esteve bastante adormecida na arqueologia regional, cabe a nós, pesquisadores interessados no tema, acordar e retomar a temática dos Cerritos na pauta científica da arqueologia do sul do Brasil, pois, no Uruguai, a sonolência teórica, reflexiva e institucional que envolve a produção de conhecimento sobre os Cerritos nunca se abateu!

Bibliografia

- BASILE-BECKER, Ítala Irene. *Os Índios Charruas e Minuanos na Antiga Banda Oriental do Uruguai*. São Leopoldo: Unisinos, 2002.
- BAPTISTA DA SILVA, Sérgio. Categorias socio-cosmológico-identitárias indígenas recentes e processos de consolidação de novos sujeitos coletivos de direito: os Charrua e os Xokleng no Rio Grande do Sul. In: FREITAS, Ana Elisa de Castro, FAGUNDES, Luiz Fernando Caldas (Orgs.). *Povos Indígenas na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2008. p. 25-35.
- CARLE, Ana Cristina Baptista; CARLE, Cláudio Baptista; CARLE, Mirian Baptista. *Relatório descritivo de dois esqueletos de indivíduos encontrados em trabalho arqueológico no Capão Seco, Rio Grande-RS, pelo pesquisador Pedro Augusto Mentz Ribeiro*. Porto Alegre: PUC-RS. (Monografia), 2002.
- HILBERT, Klaus. Charruas e Minuanos entre Ruptura e Continuidade. In: KERN, Arno, SANTOS, Maria Cristina dos, GOLIN, Tau. *Povos Indígenas*. Passo Fundo: Méritos, 2009. p. 179-206.
- OLIVEIRA, Kelly de. Um sítio de pesca na margem ocidental da lagoa dos Patos: RS-RG-48. *Pesquisas*. n. 63. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2006. p. 307-336.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. *Sítios de pesca lacustre em Rio Grande, RS, Brasil*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas. (Tese de Livre Docência), 1976.

Recebido em: 26/03/2008

Aprovado em: 26/08/2008

Publicado em: 03/10/2008